



0060556

SEMPÉREGUI ONTANEDA

ABOGADOS

Señor Notario:

Leonardo Vicente Sempéregui Ontaneda, abogado en libre ejercicio profesional, de acuerdo a lo prescrito en la Ley Notarial, a usted solicito se sirva protocolizar los siguientes documentos:

- 1) Poder otorgado por los señores Leonardo Fracassi Costa y Adriano Santana Quadros de Andrade actuando en su calidad de Representantes Legales de la Constructora OAS S.A., a favor del Doctor Francisco Xavier Cevallos Ayala.
- 2) Traducción del Poder del idioma portugués al español.
- 3) Habilitantes del Tribunal de Justicia del Estado de Sao Paulo del Poder que comprueba el requerimiento de recuperación Judicial de Grupo OAS.
- 4) Traducción de los habilitantes del idioma portugués al español.

Por la atención que se sirva dar a la presente;

Dr. Leonardo Sempéregui Ontaneda
Mat. 17-1984-30

Av. Eloy Alfaro y Av. 6 de Diciembre, esquina. Ed. Monasterio Plaza, piso 10

Telfs. (593-2) 6012442 / 6012443

www.so-abogados.com / info@so-abogados.com

Quito - Ecuador

0060557



9.º TABELIÃO DE NOTAS
COMARCA DA CAPITAL - ESTADO DE SÃO PAULO
PAULO ROBERTO FERNANDES
TABELIÃO

COMARCA DA CAPITAL - ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO ROBERTO FERNANDES
TABELIÃO

TABELÃO



ESCRITURA DE:

OUTORGADO:

DATA:

IMÓVEL:

ESCREVENTE:

Rua Marconi, 124 - do 1.º ao 6.º andar - Centro - CEP 01047-000
PABX/Fax: (11) 3258-2611 - tabeliao@nonocartorio.com.br

PABX/Fax: (11) 3258-2611 - tabeliao@nonocartorio.com.br

0030558

PROCURAÇÃO

Os Senhores, Leonardo Fracassi Costa com passaporte N° YB198525 e Adriano Santana Quadros de Andrade com passaporte N° FG841767, na qualidade de Representantes Legais da CONSTRUTORA OAS S.A. – Em Recuperação Judicial, sociedade devidamente organizada e existente sob as leis da República Federativa do Brasil, revoga a Procuração geral outorgada em favor do ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA SEMPÉRTEGUI ONTANEDA ADVOGADOS CIA. LTDA., a qual foi devidamente aprovada pela Superintendência de Companhias do Equador, mediante a Resolução n° SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2015-0935, de 12 de maio de 2015, e legalmente inscrita no Registro Mercantil do Cantão Quito-Equador, em 06 de julho de 2015; e outorga poderes amplos e suficientes em favor do Doutor Francisco Xavier Cevallos Ayala, constituindo, desta forma, em representante legal da Sucursal da CONSTRUTORA OAS S.A.-EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL na República do Equador. Assim, resolve conferir os poderes necessários para efetuar os seguintes atos em nome e representação da Companhia:

- 1) Para atuar como Procurador Geral da Sucursal estrangeira da CONSTRUTORA OAS S.A. – Em Recuperação Judicial, com domicílio na República do Equador, com poder suficiente tal como em direito se requer e se exige, para cumprir as obrigações que a sucursal adquirir e para representá-la perante as Cortes, Tribunais e qualquer autoridade judicial ou administrativa.
- 2) Exercer a representação legal, judicial e extrajudicial da Sucursal da empresa na República do Equador, com amplas faculdades para realizar atos e negócios jurídicos relativos às atividades a desenvolver e surtir efeitos no território da República do Equador; para contestar demandas, reclamações administrativas e cumprir com as obrigações contraídas na República do Equador. A representação será indefinida, não terá limitação de tempo, quantia ou atividade para a duração e execução dos seus poderes.
- 3) Subscrever qualquer documento público ou privado que seja requerido ou atuar dentro do procedimento de constituição da Sucursal na República do Equador.
- 4) Abrir e administrar contas bancárias da sucursal na República do Equador quer seja em bancos privados ou estatais, ou em qualquer instituição que pertença ao sistema financeiro nacional deste país.
- 5) Comparecer em instâncias judiciais ou administrativas, no qual se atue como autora ou ré, apresentando ou contestando demandas, reconvinando, produzindo ou impugnando provas, interpondo recursos e, em geral, realizando toda classe de ações e atuações processuais e suas diligências.



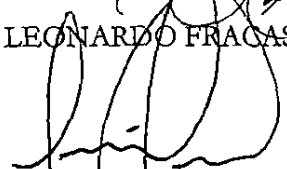

0000003

- 6) Conciliar, transigir, encaminhar pleito para árbitros, desistir do pleito, remeter ao juramento decisório, absolver posições e receber a coisa sobre qual verse o litígio ou tomar posse dela.

A revogação da presente Procuração não causará indenização alguma a favor do Procurador.

São Paulo, 18 de agosto de 2016


LEONARDO FRACASSI COSTA


ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE

9.º TABELIÃO DE NOTAS

Rua Marechal, 124 - 1º ao 6º andar - CEP 01047-000 - São Paulo
Telefone: (11) 3258-2611 - Fax: (11) 21-4-0858
www.9oocartorio.com.br

Reconheço as 2 firmas com valor econômico por semelhança de LEONARDO FRACASSI COSTA, ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE, do que dou fé.

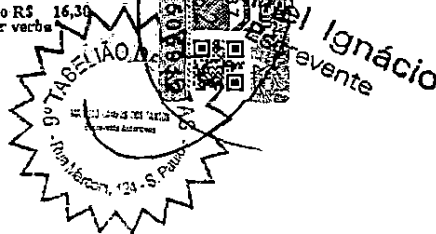
Em tes. da verdade.

DANIEL IGNÁCIO

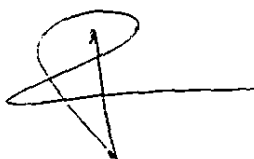
São Paulo/Capital, 25 de agosto de 2016. Valor recebido R\$ 16,30

*Válido somente com selo de autenticidade. Selos pagos por verba

Daniel Ignácio
Escrevente



	R\$ 17,00
Ipesp	R\$ 8,78
Registro Civil	R\$ 3,15
Tribunal de Justiça	R\$ 4,11
Santa Casa	R\$ 0,60
Imposto Mun.	R\$ 1,28
Ministério Público	R\$ 2,88
Total	R\$ 97,73
SELOS PAGOS POR VERBA	



NOTARIA
A



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

BRASIL
APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. País (Country/Pays):	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
Este documento público (This public document / Le présent acte public)			
2. Foi assinado por: (Has been signed by/ A été signé par)	Daniel Ignácio		
3. Na qualidade de: (Acting in the capacity of / Agissant en qualité de)	Escrevente		
4. Tem o selo / carimbo de: (Bears the seal / stamp of / Est revêtu du sceau/timbre de)	9º Tabelião de Notas da Comarca da Capital - SP		
Certificado (Certified / Attesté)			
5. Em: (At / À)	São Paulo	6. No dia: (The / Le)	25/08/2016
7. Por: (By / Par):	PAULO ROBERTO FERNANDES		
8. Nº: (Nº/ Sous nº)	0044073		
9. Selo / Carimbo: (Seal / Stamp / Sceau / Timbre)	10. Firma: (Signature)		
	Assinatura Eletrônica Electronic Signature Signature Electronique		

Tipo de documento:
(Type of document / Type d'acte) **Procuração particular a ser enviada para o EQUADOR**

Nome do titular:
(Name of holder of document/ Nom du titulaire) **Construtora OAS S/A - em recuperação Judicial**

Esta Apostila certifica apenas a assinatura, e capacidade do signatário e, quando apropriado, o selo ou carimbo constantes no documento público. Ela não certifica o conteúdo do documento para o qual foi emitida.

This Apostille certifies only the signature, the capacity of the person signing it and where appropriate, the seal or stamp which the public document bears. It does not certify the content of the document for which it was issued.

Cette Apostille ne certifie que la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi, et, le cas échéant, les sceaux ou le timbre dont cet acte public est revêtu. Elle ne certifie pas le contenu de l'acte pour lequel elle a été émise.

A autenticidade desta Apostila e de sua assinatura eletrônica, bem como o documento público subjacente, podem ser verificadas em:

The authenticity of this Apostille and its electronic signature, along with the underlying public document, may be verified as:

Confirmez la véracité de cette Apostille, de la signature électronique, ainsi que du acte public sous-jacent peut être vérifiée sur:

A presente Apostila foi firmada com assinatura eletrônica, conforme a Lei nº 11.419/2006.

This Apostille was electronically signed in accordance with Law nº 11.419/2006.

Cette Apostille a été signée par une signature électronique, d'après la Loi nº 11.419/2006.

Ovídias a respeito desta Apostila entrar em contato com o Ouvidoria do CNJ:

Any questions about this Apostille may be directed to the Ombudsmen of the CNJ:

Veuillez contacter l'Ombudsman de la CNJ pour toute question relative à cette Apostille.

Por favor, utilize este QR Code para checar a autenticidade desta Apostila e de sua assinatura eletrônica. Uma cópia do documento público subjacente também está disponível na mesma página.

Please use this QR Code to check the authenticity of this Apostille and its electronic signature. A copy of the underlying public document is also accessible from the same page.

Veuillez utiliser ce Code QR pour vérifier l'authenticité de cette Apostille et de sa signature électronique. Une copie du acte public sous-jacent est également disponible sur la même page.



Código (Code):
0044073
CRC:
52562A50



www.cnj.jus.br/apostila/conferencia

55 61 2326-4607

@ ouvidoria@cnj.jus.br

16.0.00021149-4

A0064013	
Emolumentos	R\$ 50,00
	R\$ 17,00
	R\$ 8,78
	R\$ 3,15
	R\$ 4,11
	R\$ 0,60
	R\$ 1,28
	R\$ 2,88
	R\$ 97,73
	VERBA



0000004

Documento de traducción

Yo, Kátia Silveira Salvado, certifico que me fue presentado un documento (PODER) redactado en PORTUGUÉS, que traduzco en ESPAÑOL como sigue:

Sello: Convención de La Haya de 05 de Octubre de 1961. APOSTILLA - BRASIL. 9na Notaría de São Paulo/SP.

PODER

Los Señores Leonardo Fracasssi Costa, con pasaporte N° YB198525 y Adriano Santana Quadros de Andrade, con pasaporte N° FG841767, actuando en su calidad de Representantes Legales de la CONSTRUTORA OAS S.A. - En Recuperación Judicial, sociedad debidamente organizada y existente bajo las leyes de la República Federativa de Brasil, revoca el Poder general otorgado a favor del ESTUDIO JURÍDICO SEMPÉRTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA., el cual fue debidamente aprobado por la Superintendencia de Compañías del Ecuador, mediante la Resolución n° SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2015-0935, del 12 de mayo de 2015, y legalmente inscrito en el Registro Mercantil del Cantón Quito-Ecuador, el 06 de julio de 2015; y otorga poderes amplios y suficientes a favor del Doctor Francisco Xavier Cevallos Ayala, constituyéndose, de esta forma, en representante legal de la Sucursal de la CONSTRUTORA OAS S.A.-EN RECUPERACIÓN JUDICIAL en la República del Ecuador. Así, resuelve conferir los poderes necesarios para efectuar los siguientes actos en nombre y representación de la Compañía:

- 1) Para actuar como Apoderado General de la Sucursal extranjera de la CONSTRUTORA OAS S.A.- En Recuperación Judicial, con domicilio en la República del Ecuador, con poder suficiente y tal como en derecho se requiere y se exige, para cumplir las obligaciones que la sucursal venga a adquirir ante las Cortes, Tribunales y cualquier autoridad judicial o administrativa.
- 2) Ejercer la representación legal, judicial y extrajudicial de la Sucursal de la empresa en la República del Ecuador, con amplias facultades para realizar actos y negocios jurídicos referentes a las actividades a desarrollar y surtir efectos en el territorio de la República del Ecuador, para contestar demandas, reclamos administrativos y cumplir con las obligaciones contraídas en la República del Ecuador. La representación será indefinida, no tendrá limitación de tiempo, cuantía o actividad para la duración y ejecución de sus poderes.
- 3) Suscribir cualquier documento público o privado que sea requerido o actuar dentro del procedimiento de constitución de la Sucursal en la República del Ecuador.
- 4) Abrir y administrar cuentas bancarias de la sucursal en la República del Ecuador, sea en bancos privados o estatales, o en cualquier institución que pertenezca al sistema financiero nacional de este país.



- 5) Comparecer en instancias judiciales o administrativas, en el cual se actúe como actora o rea, presentando o contestando demandas, reconviniendo, produciendo o impugnando pruebas, interponiendo recursos y, en general, realizando cualquier clase de acciones y actuaciones procesuales y sus diligencias.

Página siguiente.-

- 6) Conciliar, transigir, encaminar pleito para árbitros, desistir del pleito, remitir a juramento decisorio, absolver posiciones y recibir la cosa sobre la cual verse el litigio o tomar posesión de ella.

La revocación del presente Poder no causará indemnización alguna a favor del Apoderado.

São Paulo, 18 de agosto de 2016.

Firmado: firma ilegible. Nombre: LEONARDO FRACASSI COSTA. Sello de reconocimiento de firma de la Notaría 9na.

Firmado: firma ilegible. Nombre: ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE. Sello de reconocimiento de firma de la Notaría 9na.

Constan dos timbres:

Notaría 9na de São Paulo/SP. Reconocimiento de las firmas de LEONARDO FRACASSI COSTA y ADRIANO SANTANA QUADROS DE ANDRADE. São Paulo, 25 de agosto de 2016. Firmado: firma ilegible. Nombre: Daniel Ignacio. Cargo: Escribano.

Colegio Notarial de Brasil nº 1020AA0505912. Sello sobrepuesto de la Notaría 9na de São Paulo/SP.

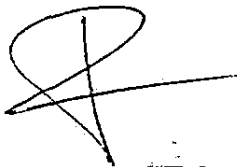
En el margen derecho inferior consta sello: tabla con los valores pagados.

Este documento público	
2. Ha sido suscrito por	Daniel Ignacio
3. Actuando en su calidad de	Escribano
4. Llevando el sello/timbre de	Notaría 9na de la Comarca de la Capital - SP
Certificado	
5. En: São Paulo	6. El 25/08/2016
7. Por:	PAULO ROBERTO FERNANDES
8. N°	0044073
9. Sello/Timbre	10. Firma: (Firmado) Firma electrónica

Consta un (1) sello sobrepuesto en la Apostilla: BRASIL, APOSTILLA, CONVENCION DE LA HAYA DE 1961.

Tipo de documento: Poder particular a ser enviado a Ecuador.

Nombre del titular: Construtora QAS S/A - en recuperación judicial.



000005

01060561

Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o timbre del cual el documento público esté revestido. Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se expidió.

La autenticidad de esta Apostilla y de su firma electrónica, así como el documento público subyacente, pueden ser verificadas en:

www.cnj.jus.br/apostila/conferencia

La presente Apostilla fue firmada con firma electrónica conforme a la Ley n° 11.419/2006.

Deudas a cerca de esta Apostilla, entrar en contacto con a Oidoria del CNJ. Teléfono: 55 61 2326-4607. E-mail: ouvidoria@cnj.jus.br

Por favor, utilice este QR Code para verificar la autenticidad de esta Apostilla y de su firma electrónica. Una copia del documento público subyacente también está disponible en la misma página.

Código: 0044073

CRC: 52562A50

16.0.00021149-4

No había nada más.

Quito, 14 de Septiembre de 2016.

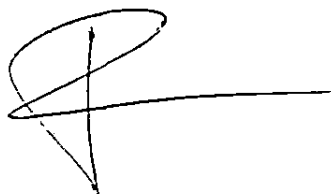


Kátia Silveira Salvado

Traductora

C.I. 171190333-4.

ksalvado@uio.satnet.net





Factura: 002-002-000040911



20161701037D07844

DILIGENCIA DE RECONOCIMIENTO DE FIRMAS N° 20161701037D07844

Ante mí, NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA de la NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA, comparece(n) KATIA SILVEIRA SALVADO portador(a) de CÉDULA 1711903334 de nacionalidad BRASILEÑA, mayor(es) de edad, estado civil DIVORCIADO(A), domiciliado(a) en QUITO, POR SUS PROPIOS DERECHOS en calidad de TRADUCTOR(A); quien(es) declara(n) que la(s) firma(s) constante(s) en el documento que antecede, es(son) suya(s), la(s) misma(s) que usa(n) en todos sus actos públicos y privados, siendo en consecuencia auténtica(s), para constancia firma(n) conmigo en unidad de acto, de todo lo cual doy fe. La presente diligencia se realiza en ejercicio de la atribución que me confiere el numeral noveno del artículo dieciocho de la Ley Notarial -. El presente reconocimiento no se refiere al contenido del documento que antecede, sobre cuyo texto esta Notaría, no asume responsabilidad alguna. - Se archiva copia. QUITO, a 14 DE SEPTIEMBRE DEL 2016, (15:37).

KATIA SILVEIRA SALVADO
CÉDULA: 1711903334
NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA
NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA DEL CANTÓN QUITO



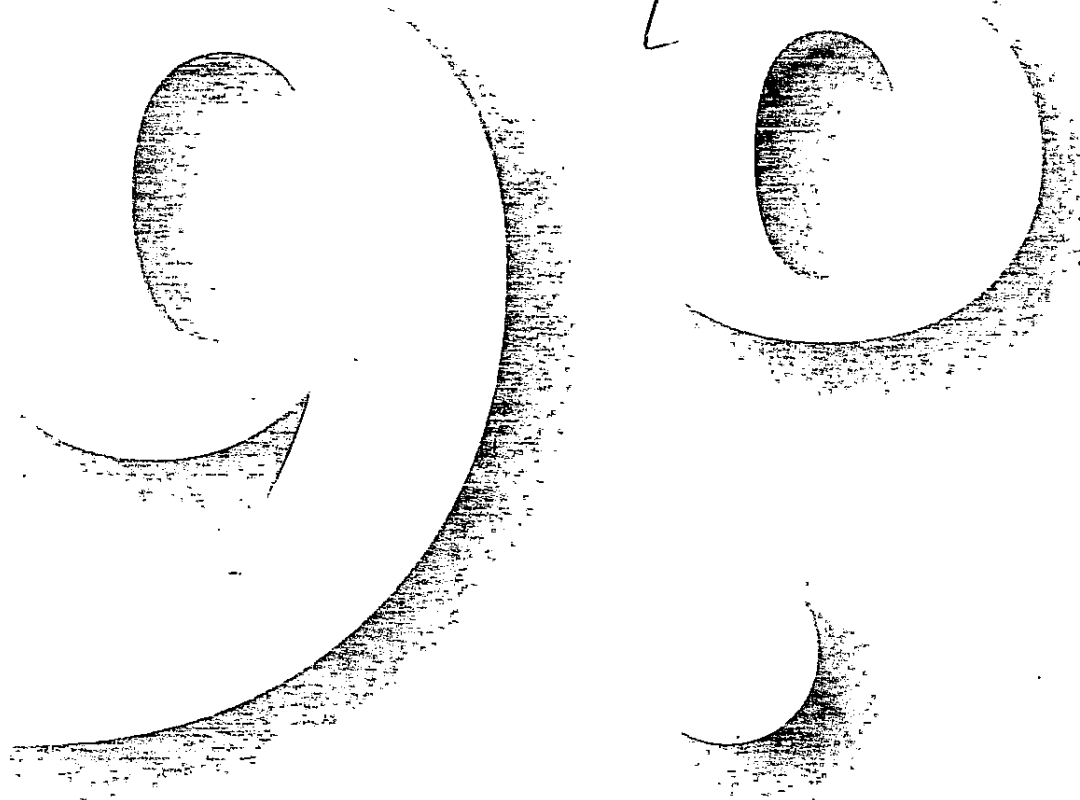
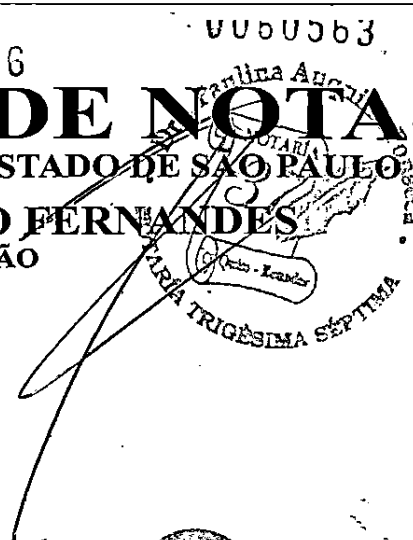
9.º

0000006
TABELIÃO DE NOTAS

COMARCA DA CAPITAL - ESTADO DE SÃO PAULO

PAULO ROBERTO FERNANDES

TABELIÃO



ESCRITURA DE:

OUTORGADO:

DATA:

IMÓVEL:

ESCREVENTE:

Rua Marconi, 124 - do 1.º ao 6.º andar - Centro - CEP 01047-000

PABX/Fax: (11) 3258-2611 - tabeliao@nonocartorio.com.br

Site: www.nonocartorio.com.br



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1608, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11)

2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tj.sp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

0060564

DECISÃO

Processo Digital nº: 1030812-77.2015.8.26.0100
 Classe - Assunto: Recuperação Judicial - Inadimplemento
 Requerente: OAS S/A e outros
 Requerido: OAS S/A e outros

Convenção de HIA nº 100 do Estado de São Paulo
 Apostila - BRASIL
 1ª Tabelião de Ações de São Paulo-SP

CONCLUSÃO

Em 1 de abril de 2015, faço estes autos conclusos ao MM. Juiz de
 Direito. Eu, Márcio Antonio de Oliveira, mat. nº 815.745-9.

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Daniel Carnio Costa

Vistos.

CONSTRUTORA OAS S/A, CNPJ 14.310.577/0001-04, OAS
 EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 06.324.922/0001-30, SPE GESTÃO E EXPLORAÇÃO
 DE ARENAS MULTIUSO S/A, CNPJ 17.316.830/0001-25, OAS INFRAESTRUTURA S/A,
 CNPJ 11.780.712/0001-97, OAS IMÓVEIS S/A, CNPJ 09.557.461/0001-34, OAS
 INVESTMENTS GMBH, OAS INVESTMENTS LIMITED, OAS FINANCE LIMITED, OAS
 INVESTIMENTOS S/A, CNPJ 07.584.023/0001-30 E OAS S/A, CNPJ 14.811.848/0001-05,
 denominadas "Grupo OAS", requereram a recuperação judicial em 31/03/2015.

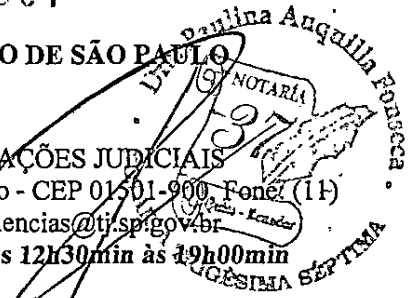
Os documentos juntados aos autos comprovam que as requerentes preenchem os
 requisitos legais para requerimento da recuperação judicial, conforme art. 48 da Lei nº 11.101/05.
 A petição inicial foi suficientemente instruída, nos termos exigidos pelo art. 51 da Lei nº
 11.101/05. Em síntese, o pedido está em termos para ter o seu processamento deferido, já que
 presentes os requisitos legais (artigos 47, 48 e 51 da Lei 11.101/2005), verificando-se a
 possibilidade de superação da "crise econômico-financeira" da devedora¹.

A existência de empresas estrangeiras no polo ativo da presente demanda não é

¹ A Recuperação Judicial prevista pela Lei 11.101/05 é nítida manifestação da tendência mundial de mitigação do caráter potestativo dos direitos dos credores em prol da preservação da empresa, como meio da satisfação do direito universal ao desenvolvimento dos povos, declarado pela ONU em 1988 e, no âmbito nacional, consagrado como objetivo fundamental de nossa República, no art. 3º, II, da CF. A economia e a propriedade não são senhores e, sim, instrumentos do fim constitucional de assegurar a todos existência digna conforme os ditames da justiça social, na forma do art. 170, da CF. O art. 1º, IV, da CF, reconhece expressamente como princípio fundamental de nosso Estado Democrático de Direito os valores sociais da livre iniciativa. O espírito do instituto da Recuperação Judicial e a sua conformidade constitucional estão em linha com o que sustentam Ricardo Sayeg e Wagner Balera, ao exporem que: "O neoliberalismo econômico, sem os freios e a calibragem humanistas, é tanto incapaz de corrigir as externalidades negativas como de harmonizar adequadamente as externalidades, especialmente as privadas, não equivalentes e reciprocamente consideradas. Tal calibragem é necessária e deve incidir sobre a universalidade do exercício dos direitos subjetivos naturais de propriedade, relativizando-os, ao invés de seguir o viés do neoliberal, em que esse exercício tende ao absoluto." (O Capitalismo Humanista, Kbr: SP, 2011, p. 178)



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
 Praça João Mendes s/nº, Sala 1608, Centro - CEP 01501-900 - Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min



vedada por lei. Não obstante o Brasil não tenha ainda adotado a Lei Modelo da UNCITRAL para falências transnacionais, nada impede que empresas constituídas no exterior, mas que tenham no Brasil o centro principal de suas atividades (COMI – *Center of Main Interest*) e sejam inequivocamente controladas e integrantes de grupo econômico empresarial brasileiro, requeiram perante a Justiça brasileira a tutela legal prevista na Lei 11.101/05. No caso, as requerentes constituídas no exterior são integralmente controladas pela OAS S/A e atuam apenas e tão somente como instrumentos de captação de recursos no exterior, sem atuação operacional.

O litisconsórcio ativo também está bem justificado, na medida em que todas as empresas atuam de forma sistêmica e integram um mesmo grupo econômico. Nesse sentido, a preservação dos benefícios sociais e econômicos decorrentes da atividade empresarial saudável (que é o objetivo do presente processo), será melhor atendida se enfrentada a situação de crise de maneira global, considerando as empresas integrantes do grupo econômico, e não isoladamente.

A questão relacionada à incorporação da OAS Investimentos pela OAS S/A (que é objeto de discussão judicial em andamento) é irrelevante para os fins do presente procedimento, na medida em que tanto o patrimônio, quanto o passivo de ambas estão sujeitos ao processo de recuperação judicial. Confirmando-se ou não a incorporação, o fato é que os credores de ambas estarão sujeitos à recuperação judicial do grupo econômico e o patrimônio de ambas estará integralmente sujeito ao cumprimento dos objetivos do presente feito.

Assim, pelo exposto, nos termos do art. 52 da Lei 11.101/2005, **DEFIRO** o processamento da recuperação judicial das empresas **CONSTRUTORA OAS S/A, CNPJ 14.310.577/0001-04, OAS EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 06.324.922/0001-30, SPE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ARENAS MULTIUSO S/A, CNPJ 17.316.830/0001-25, OAS INFRAESTRUTURA S/A, CNPJ 11.780.712/0001-97, OAS IMÓVEIS S/A, CNPJ 09.557.461/0001-34, OAS INVESTMENTS GMBH, OAS INVESTMENTS LIMITED, OAS FINANCE LIMITED, OAS INVESTIMENTOS S/A, CNPJ 07.584.023/0001-30 E OAS S/A, CNPJ 14.811.848/0001-05.**

Portanto:

1) Como administrador judicial (art. 52, I, e art. 64) nomeio **ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL, CNPJ n. 07.016.138/0001-28,** representada por Eduardo Barbosa de Seixas, CPF n. 025.864.457-59, com sede na Rua Surubim, 577, 9º andar, cj. 92, Brooklin Novo, CEP 04571-050, São Paulo/SP, para os fins do art. 22, III, devendo ser intimado, para que em 48 (quarenta e oito) horas assine o termo de compromisso, pena



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO

FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1608, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tj.sp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Convenção do IML da O5 da Associação de Magistrados do Brasil
Apostila - BRASIL
5ª Tabelião da Nôbleza do São Paulo

de substituição (arts. 33 e 34), nos termos do art. 21, parágrafo único, da Lei 11.101/05, ficando autorizada a intimação via e-mail institucional;

1.1) Deve o administrador judicial informar o juízo a situação da empresa em 10 dias, para fins do art. 22, II, "a" (primeira parte) e "c", da Lei n. 11.101/05.

1.2) Caso seja necessário a contratação de auxiliares (contador, advogados etc.) deverá apresentar o contrato, no prazo de 10 dias.

1.3) Caberá ao administrador judicial fiscalizar a regularidade do processo e o cumprimento dos prazos pelas recuperandas.

1.4) No mesmo prazo assinalado no item 1.1, deverá o administrador judicial apresentar sua proposta de honorários.

1.5) Quanto aos relatórios mensais, que não se confundem com o relatório determinado no item 1.1, supra, deverá o administrador judicial protocolar o primeiro relatório como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os relatórios mensais subsequentes deverão ser, sempre, direcionados ao incidente já instaurado.

2) Nos termos do art. 52, II, da Lei 11.101/2005, determino a "dispensa da apresentação de certidões negativas para que os devedores exerçam suas atividades, exceto para contratação com o Poder Público ou para recebimento de benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios", no caso, a devedora, observando-se o art. 69 da LRF, ou seja, que o nome empresarial seja seguido da expressão "em Recuperação Judicial", oficiando-se, inclusive, às Juntas Comerciais para as devidas anotações, providenciando as recuperandas o encaminhamento.

3) Determino, nos termos do art. 52, III, da Lei 11.101/2005, "a **suspensão de todas as ações ou execuções contra os devedores**", na forma do art. 6º da LRF, devendo permanecer "os respectivos autos no juízo onde se processam, ressalvadas as ações previstas nos §§ 1º, 2º e 7º do art. 6º dessa Lei e as relativas a créditos excetuados na forma dos §§ 3º e 4º do art. 49 dessa mesma Lei", providenciando as devedoras as comunicações competentes (art. 52, § 3º).

4) Determino, nos termos do art. 52, IV, da Lei 11.101/2005, às devedoras a "apresentação de contas demonstrativas mensais enquanto perdurar a recuperação judicial, sob pena de destituição de seus administradores", sendo que o primeiro demonstrativo mensal deverá ser protocolado como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais, sendo que os demonstrativos mensais subsequentes deverão ser, sempre,

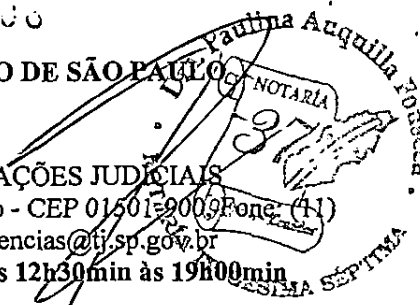


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1608, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tj.sp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min



direcionados ao incidente já instaurado.

5) Expeça-se comunicação, **por carta**, às Fazendas Públicas Federal e de todos os Estados e Municípios em que a devedora tiver estabelecimentos e filiais (LRF, art. 52, V), providenciando as recuperandas o encaminhamento.

6) O prazo para **habilitações ou divergências aos créditos relacionados** (pela devedora) é de 15 (quinze) dias a contar da publicação do respectivo edital (LRF, art. 7º, § 1º).

Dessa maneira, expeça-se o edital a que se refere o art. 52, § 1º, da LRF, onde, para conhecimento de todos os interessados, deverá constar, também, o passivo fiscal, com advertência dos prazos dos art. 7º, § 1º, e art. 55, da LRF.

Considerando que as recuperandas apresentaram minuta da relação de credores elencada na inicial, nos moldes do artigo 41 da Lei n. 11.101/05, deverá a serventia complementar a referida minuta com os termos desta decisão, bem com intimar as recuperandas, por telefone ou e-mail institucional, certificando-se nos autos, para que procedam ao recolhimento do valor das despesas de publicação do edital no Diário Oficial Eletrônico do Tribunal de Justiça de São Paulo, de acordo com o número de caracteres, no prazo de 24 horas, sob pena de revogação.

Deverão também as recuperandas providenciar a publicação do edital em jornal de grande circulação no prazo de 05 dias.

7) Eventuais habilitações ou divergências quanto aos créditos relacionados pela devedora (art. 7º, § 2º), que são dirigidas ao administrador judicial, deverão ser digitalizadas e encaminhadas diretamente ao administrador judicial, SOMENTE através do e-mail AJ_OAS@ALVAREZANDMARSAL.COM, criado especificamente para este fim e informado no edital a ser publicado, conforme item 6, supra.

Observe, ainda em relação a esse tópico, que não há credores trabalhistas sujeitos ao presente processo de recuperação judicial.

8) O plano de recuperação judicial deve ser apresentado no prazo de 60 dias, na forma do art. 53, sob pena de convalidação da recuperação judicial em falência.

Com a apresentação do plano, expeça-se o edital contendo o aviso do art. 53, parágrafo único, da Lei n. 11.101/05, com prazo de 30 dias para as objeções, devendo a recuperanda providenciar, no ato da apresentação do plano, a minuta do edital, inclusive em meio eletrônico, bem como o recolhimento das custas para publicação.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL

1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS

Praça João Mendes s/nº, Sala 1608, Centro - CEP 01501-900, Fone: (11) 2171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tj.sp.gov.br

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

3332
Apostila - BRASIL
3ª Tabelião de Notas do São Paulo/SP
Subvenção da Ata de 05 de Dezembro de 1974

9) Caso ainda não tenha sido publicada a lista de credores pelo administrador judicial, a legitimidade para apresentar tal objeção será daqueles que já constam do edital das devedoras e que tenham postulado a habilitação de crédito.

10) Publicada a relação de credores apresentada pelo administrador judicial (art. 7º, § 2º), eventuais impugnações (art. 8º) deverão ser protocoladas como incidente à recuperação judicial, ao passo que não deverão ser juntados nos autos principais (art. 8º, parágrafo único).

11) Por fim, muito embora a petição inicial esteja suficientemente instruída para fins de deferimento do processamento do pedido de recuperação judicial, observo a necessidade de que as recuperandas complementem a documentação inicial, a fim de providenciar, no prazo de 10 dias:

a) a comprovação de registro na Jucesp da Ata de Eleição de Administradores da OAS S/A

b) a Ata de Eleição dos Diretores e a comprovação de seu registro na Jucesp em relação à OAS Empreendimentos S/A, vez que nos autos há apenas a Ata de Eleição do Conselho de Administração.

c) o balanço patrimonial, a demonstração de resultados acumulados, a demonstração do resultado desde o último exercício social e o relatório gerencial de fluxo de caixa e de sua projeção das empresas OAS Investiments GMBH, OAS Investiments Limited e OAS Finance Limited.

d) a relação de credores da OAS Investimentos S/A

e) a relação de ações judiciais da OAS Investiments GMBH e da OAS Investiments Limited.

f) o organograma societário completo do grupo OAS, identificando também as empresas que não se incluem na recuperação judicial.

g) comprovem o protocolamento da relação de bens dos sócios e administradores, mencionada no item 78 da petição inicial.

11) Intimem-se, inclusive o Ministério Público.

Intime-se.

São Paulo, 1 de abril de 2015.

000009

Dra. Paulina Anquilha Fonseca
NOTARIA
PITUA

fls. 3333



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO PAULO
FORO CENTRAL CÍVEL
1ª VARA DE FALÊNCIAS E RECUPERAÇÕES JUDICIAIS
Praça João Mendes s/nº, Sala 1608, Centro - CEP 01501-900/Fone: (11) 3171-6505, São Paulo-SP - E-mail: sp1falencias@tj.sp.gov.br
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA

Convenção de HAIA de 05 de Outubro de 1954

Apostila - BRASIL

9ª Tabelião de Notas da São Paulo-SP



CNJ CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

BRASIL

APOSTILLE

(Convention de La Haye du 5 octobre 1961)

1. País: (Country/ Pays):	REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL		
Este documento público (This public document/ Le présent acte public)			
2. Foi assinado por: (Has been signed by/ A été signé par)	Daniel Camio Costa		
3. Na qualidade de: (Acting in the capacity of/ Agissant en qualité de)	Juiz de Direito (Tribunal de Justiça SP)		
4. Tem o selo / carimbo de: (Bears the seal / stamp of/ Est revêtu du sceau/ timbre de)	Assinatura digital		
Certificado (Certified / Attesté)			
5. Em: (At/ À)	São Paulo	6. No dia: (The/ Le)	29/08/2016
7. Por: (By/ Par):	PAULO ROBERTO FERNANDES		
8. Nº: (Nº/ Sous nº)	0062950	9.º CARTÓRIO DE NOTAS SÃO PAULO - CAPITAL Renato Hodrich Figueiredo Escritor	
9. Selo / Carimbo: (Seal / Stamp / Sceau)	10. Firma: (Signature) Assinatura Eletrônica Electronic Signature Signature Électronique		

Tipo de documento:
(Type of document/ Type d'acte)

processo judicial nº 1030812-77.2015.8.26.0100,
páginas 3328 a 3336 a ser enviado ao EQUADOR
Construtora OAS S/A - em recuperação Judicial

Nome do titular:
(Name of holder of document/ Nom du titulaire)

Esta Apostila certifica apenas a assinatura, a capacidade do signatário e, quando apropriada, o selo ou carimbo constantes no documento público. Ela não certifica o conteúdo do documento para o qual foi emitida.

The Apostille certifies only the signature, the capacity of the person signing it and where appropriate, the seal or stamp which the public document bears. It does not certify the content of the document for which it was issued.

Cette Apostille ne certifie que la signature, la qualité en laquelle le signataire de l'acte a agi, et, le cas échéant, les sceau ou le timbre dont cet acte public est revêtu. Elle ne certifie pas le contenu du document pour lequel elle a été émise.

A autenticidade desta Apostila e de sua assinatura eletrônica, bem como o documento público subjacente, podem ser verificadas em:

The authenticity of this Apostille and its electronic signature, along with the underlying public document, may be verified at:

L'authenticité de cette Apostille, de la signature électronique, ainsi que du document public sous-jacent peut être vérifiée sur:

A presente Apostila foi firmada com assinatura eletrônica, conforme a Lei nº 11.419/2006.

This Apostille was electronically signed in accordance with Law nº 11.419/2006.

Cette Apostille a été signée par une signature électronique, d'après la Loi nº 11.419/2006.

Dúvidas a respeito desta Apostila entrar em contato com a Ouvidoria do CNJ:

Any questions about this Apostille may be directed to the Ombudsman of the CNJ:

Veuillez contacter l'ombudsman de la CNJ pour toute question relative à cette Apostille:

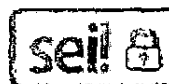
Por favor, utilize este QR Code para verificar a autenticidade desta Apostila e de sua assinatura eletrônica. Uma cópia do documento público subjacente também estará disponível na mesma página.

Please use this QR Code to check the authenticity of this Apostille and its electronic signature. A copy of the underlying public document is also accessible from the same page.

Veuillez utiliser ce Code QR pour vérifier l'authenticité de cette Apostille et de sa signature électronique. Une copie du document public sous-jacent est également disponible sur la même page.



Código (Code):
0062950
CRC:
9525DE06



55 61 2326-4607

@ ouvidoria@cnj.jus.br

www.cnj.jus.br/apostila/conferencia

16.0.00030429-8

Emolumentos	R\$ 59,90
Estado	R\$ 17,03
Ipesp	R\$ 8,78
Registro Civil	R\$ 3,15
Tribunal de Justiça	R\$ 4,11
Santa Casa	R\$ 0,60
Imposto Municipal	R\$ 1,28
Ministério Público	R\$ 2,58
Total	R\$ 97,73
SELOS PAGOS POR VERBA	

A0064018

Este documento foi assinado digitalmente por DANIEL CARNIO COSTA.
Se impresso, para conferência acesse o site <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe o processo 1030812-77.2015.8.26.0100 e o código F6CA45.

TABELIAO 9º

Documento de traducción

0060567

Yo, Kátia Silveira Salvado, certifico que me fue presentado un documento (6 páginas) redactado en PORTUGUÉS, que traduzco en ESPAÑOL como sigue:

Hojas 3328

Logotipo del Tribunal de Justicia de São Paulo.

TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

JUZGADO CENTRAL DE LO CIVIL

PRIMERA INSTANCIA DE QUIEBRAS Y RECUPERACIONES JUDICIALES

(Dirección, código postal, teléfonos, e-mail y horario de atención)

Sello: Convención de La Haya del 05 de Octubre de 1961. Apostilla – BRASIL. 9na Notaría de São Paulo/SP.

DECISIÓN

Proceso Digital n°: 1030812-77-2015.8.26.0100

Clase – Asunto: Recuperación Judicial – Incumplimiento

Requiere: OAS S/A y otros

Requerido: OAS S/A y otros

CONCLUSIÓN

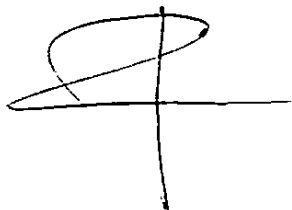
El **1er de abril de 2015**, hago estos autos conclusos al Meritísimo Juez de Derecho. Yo, Márcio Antonio de Oliveira, matrícula n° 815.745-9.

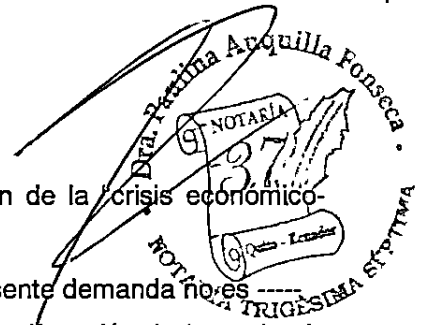
Juez de Derecho: **Dr. Daniel Carnio Costa**

Vistos.

CONSTRUTORA OAS S/A, CNPJ (Catastro Nacional de Persona Jurídica) 14.310.577/0001-04, OAS EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 06.324.922/0001-30, SPE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ARENAS MULTIUSO S/A, CNPJ 17.316.830/0001-25, OAS INFRAESTRUTURA S/A, CNPJ 11.780.712/0001-97, OAS IMÓVEIS S/A, CNPJ 09.557.461/0001-34, OAS INVESTMENTS GMBH, OAS INVESTMENTS LIMITED, OAS FINANCE LIMITED, OAS INVESTIMENTOS S/A, CNPJ 07.584.023/0001-30 Y OAS S/A, CNPJ 14.811.848/0001-05, denominadas "Grupo OAS", requirieron la recuperación judicial el 31/03/2015.

Los documentos adjuntados a los autos comprueban que las requirentes llenan los requisitos legales para requerimiento de la recuperación judicial, conforme al artículo 48 de la Ley n° 11.101/05. La petición inicial fue suficientemente instruida, en los términos exigidos por el artículo 51 de la Ley n° 11.101/05. En síntesis, el pedido está en términos para tener su procesamiento deferido, ya que presentes los requisitos legales (artículos 47, 48 y 51 de





la Ley 11.101/2005), verificándose la posibilidad de superación de la "crisis económico-financiera" de la deudora¹.

La existencia de empresas extranjeras en el polo activo de la presente demanda no es

¹La Recuperación Judicial prevista por la Ley 11.101/05 es nítida manifestación de la tendencia mundial de mitigación del carácter protestativo de los derechos de los acreedores en pro de la preservación de la empresa, como medio de satisfacción del derecho universal al desarrollo de los pueblos, declarado por la ONU en 1998 y, en el ámbito nacional, consagrado como objetivo fundamental de nuestra República, en el artículo 3º, II de la Constitución Federal (CF). La economía y la propiedad no son señores, pero sí instrumentos del fin constitucional de asegurar a todos una existencia digna y los dictámenes de la justicia social, en la forma del artículo 170, de la CF. El artículo 1º, IV, de la CF, reconoce expresadamente como principio fundamental de nuestro Estado Democrático de Derecho los valores sociales de la libre iniciativa. El espíritu del instituto de la Recuperación Judicial y su conformidad constitucional están alineados con lo que sustentan Ricardo Sayeg y Wagner Balera, al exponer que: "El neoliberalismo económico, sin los frenos y la calibración humanista, es tanto incapaz de corregir las externalidades negativas como de armonizar adecuadamente las externalidades, especialmente las privadas, no equivalentes y recíprocamente consideradas. Tal calibración es necesaria y debe incidir sobre la universalidad del ejercicio de los derechos subjetivos naturales de...

Consta en el margen derecho: fue firmado digitalmente por DANIEL COSTA. Para verificación acceda al sitio: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe el proceso 1030812-77.2015.8.26.0100 y el código F6CA45.

Página siguiente.-

Logotipo del Tribunal de Justicia de São Paulo.

TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

JUZGADO CENTRAL DE LO CIVIL

PRIMERA INSTANCIA DE QUIEBRAS Y RECUPERACIONES JUDICIALES

(Dirección, código postal, teléfonos, e-mail y horario de atención)

vedada por ley. Aunque Brasil no haya adoptado todavía la Ley Modelo de la UNCITRAL para quiebras transnacionales, nada impide que empresas constituidas en el exterior, pero que tengan en Brasil el centro principal de sus actividades (COMI – *Center of Main Interest*) y sean inequívocamente controladas e integrantes de grupo económico empresarial brasileño, requieran ante la Justicia brasileña la tutela legal prevista en la Ley 11.101/05. En este caso, las requirentes constituidas en el exterior son integralmente controladas por la OAS S/A y actúan tan solamente como instrumentos de captación de recursos en el exterior, sin actuación operacional.

El litisconsorcio activo también está bien justificado, en la medida en que todas las empresas actúan de forma sistémica e integran un mismo grupo económico. En ese sentido,

la preservación de los beneficios sociales y económicos derivados de la actividad empresarial saludable (que es el objeto del presente proceso), será mejor atendida si fuere enfrentada la situación de crisis de manera global, considerando las empresas integrantes del grupo económico, y no aisladamente.

La cuestión relacionada a la incorporación de la OAS Investimentos por la OAS S/A (que es objeto de discusión judicial en marcha) es irrelevante para los fines del presente procedimiento, en la medida en que tanto el patrimonio, cuanto el pasivo de ambas están sujetos al proceso de recuperación judicial. Confirmándose o no la incorporación, el hecho es que los acreedores de ambas estarán sujetos a la recuperación judicial del grupo económico y el patrimonio de ambas estará integralmente sujeto al cumplimiento de los objetivos del presente hecho.

Así, por lo expuesto, en los términos del artículo 52 de la Ley 11.101/2005, **AUTORIZO** el proceso de recuperación judicial de las empresas **CONSTRUTORA OAS S/A, CNPJ 14.310.577/0001-04, OAS EMPREENDIMENTOS S/A, CNPJ 06.324.922/0001-30, SPE GESTÃO E EXPLORAÇÃO DE ARENAS MULTIUSO S/A, CNPJ 17.316.830/0001-25, OAS INFRAESTRUTURA S/A, CNPJ 11.780.712/0001-97, OAS IMÓVEIS S/A, CNPJ 09.557.461/0001-34, OAS INVESTMENTS GMBH, OAS INVESTMENTS LIMITED, OAS FINANCE LIMITED, OAS INVESTIMENTOS S/A, CNPJ 07.584.023/0001-30 Y OAS S/A, CNPJ 14.811.848/0001-05.**

Por lo tanto,

- 1) Como administrador judicial (artículo 52, I y artículo 64) nombro **ALVAREZ & MARSAL CONSULTORIA EMPRESARIAL DO BRASIL, CNPJ nº 07.016.138/0001-28**, representada por Eduardo Barbosa de Seixas, CPF (Catastro de Persona Física) 025.864.457-59, con sede en La Calle Surubim, 577, 9no piso, conjunto 92, Brooklin Novo, CEP 04571-050, São Paulo/SP, para los fines del artículo 22, III, debiendo ser intimado, para que en 48 (cuarenta y ocho) horas firme el término de compromiso, pena-----

Página siguiente.-

Hojas 3330

Logotipo del Tribunal de Justicia de São Paulo.

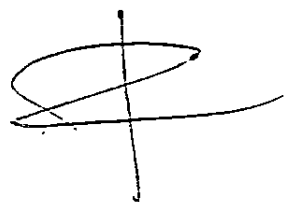
TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

JUZGADO CENTRAL DE LO CIVIL

PRIMERA INSTANCIA DE QUIEBRAS Y RECUPERACIONES JUDICIALES

(Dirección, código postal, teléfonos, e-mail y horario de atención)



000011



Sello: Convención de La Haya del 05 de Octubre de 1961. Apostilla – BRASIL. 9na Notaria, de São Paulo/SP.

de sustitución (artículos 33 y 34) en los términos del artículo 21, párrafo único, de la Ley 11.101/05, quedando autorizada la intimación vía e-mail institucional.

- 1.1) El administrador judicial debe informar el juicio la situación de la empresa en 10 días, para fines del artículo 22, II, "a" (primera parte) y "c", de la Ley nº 11.101/05.
- 1.2) En caso de que sea necesario la contratación de auxiliares (contador, abogados, etc.) deberá presentar el contrato, en el plazo de 10 días.
- 1.3) Cabrá al administrador judicial fiscalizar la regularidad del proceso y el cumplimiento de los plazos por las empresas en recuperación.
- 1.4) En el mismo plazo señalado en el ítem 1.1, el administrador judicial deberá presentar su propuesta de honorarios.
- 1.5) En cuanto a los reportes mensuales, que no se confunden con el reporte determinado en el ítem 1.1 arriba, el administrador judicial deberá protocolizar el primer reporte como incidente a la recuperación judicial, al paso que no deberán ser adjuntados en los autos principales, siendo que los reportes mensuales subsecuentes deberán ser, siempre, direccionados al incidente ya instaurado.
- 2) En los términos del artículo 52, II de la Ley 11.101/2005, determino la "dispensa de presentación de certificados negativos para que los deudores ejerzan sus actividades, excepto para contratación con el Poder Público o para recibimiento de beneficios o incentivos fiscales o crediticios", en el caso, la deudora, observándose el artículo 69 de la LRF, o sea, que el nombre empresarial sea seguido de la expresión "en Recuperación Judicial". Oficiándose, inclusive, a las Juntas Comerciales para las debidas anotaciones, providenciando las empresas en recuperación el encaminamiento.
- 3) Determino, en los términos del artículo 52, III, de la Ley 11.101/2005, "la **suspensión de todas las acciones o ejecuciones en contra de los deudores**", en la forma del artículo 6º de la LRF, debiendo permanecer "los respectivos autos en el juicio donde se procesan, exceptuándose las acciones previstas en los §§ 1º, 2º y 7º del artículo 6º de esa Ley y las referentes a los créditos exceptuados en la forma de los §§ 3º y 4º del artículo 49 de esa misma Ley", providenciando las **deudoras** las comunicaciones competentes (artículo 52, § 3º).
- 4) Determino, en los términos del artículo 52, IV, de la Ley 11.101/2005, a las deudoras la "presentación de cuentas demostrativas mensuales mientras perdure la recuperación judicial, bajo pena de destitución de sus administradores", siendo que el primer demostrativo mensual deberá ser protocolizado como incidente a la recuperación judicial, al paso que no deberán ser adjuntados en los -----

Consta en el margen derecho: fue firmado digitalmente por DANIEL COSTA. Para verificación acceda al sitio: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe el proceso 1030812-77.2015.8.26.0100 y el código F6CA45.

Página siguiente.-

Logotipo del Tribunal de Justicia de São Paulo.

TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

JUZGADO CENTRAL DE LO CIVIL

PRIMERA INSTANCIA DE QUIEBRAS Y RECUPERACIONES JUDICIALES

(Dirección, código postal, teléfonos, e-mail y horario de atención)

direccionados al incidente ya instaurado.

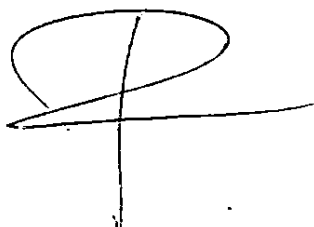
- 5) Expídase comunicación, **por carta**, a las Haciendas Públicas Federal y de todos los Estados y Municipios en que la deudora tuviere establecimientos y filiales (LRF, artículo 52, V) providenciando las empresas en recuperación el encaminamiento.
- 6) El plazo para habilitaciones o divergencias a los créditos relacionados (por la deudora) es de 15 (quince) días a contar de la publicación del respectivo edicto (LRF, artículo 7º, §1).

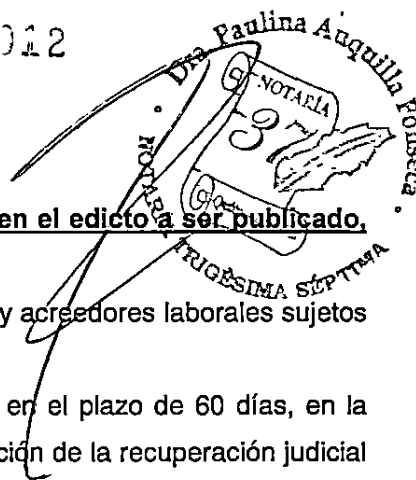
Para tal efecto, expídase el edicto a que se refiere el artículo 52, § 1º, de la LRF, donde, para conocimiento de todos los interesados, deberá constar, también, el pasivo fiscal, con advertencia de los plazos de los artículos 7º, §1º y artículo 55, de la LRF.

Considerando que las empresas en recuperación presentaron minuta de la relación de acreedores enumerada en la inicial, en los moldes del artículo 41 de la Ley nº 11.101/05, deberá ser complementada la referida minuta con los términos de esta decisión, así como intimar a las empresas en recuperación, por teléfono o e-mail institucional, certificándose en los autos, para que todos procedan a recoger el valor de los gastos de publicación del edicto en el Diario Oficial Electrónico del Tribunal de Justicia de São Paulo, de acuerdo con el número de caracteres, en el plazo de 24 horas, bajo pena de revocación.

Deberán también las empresas en recuperación providenciar la publicación del edicto en periódico de gran circulación en el plazo de 05 días.

- 7) Eventuales habilitaciones o divergencias en cuanto a los créditos relacionados por la deudora (artículo 7º, § 2º), que son dirigidas al administrador judicial, **deberán ser digitalizadas y encaminadas directamente al administrador judicial, SOLAMENTE a través del e-mail AJ_OAS@ALVAREZANDMARSAL.COM,**





creado específicamente para este fin e informado en el edicto a ser publicado, conforme al ítem 6, arriba.

Observo, también, en relación a ese tópico, que no hay acreedores laborales sujetos al presente proceso de recuperación judicial.

- 8) El plan de recuperación judicial debe ser presentado en el plazo de 60 días, en la forma del artículo 53, bajo pena de alteración de la acción de la recuperación judicial en quiebra.

Con la presentación del plan, expídase el edicto conteniendo el aviso del artículo 53, párrafo único, de la Ley nº 11.101/05, con plazo de 30 días para las objeciones, debiendo la empresa en recuperación providenciar, en el acto de la presentación del plan, la minuta del edicto, incluso en medio electrónico, así como recoger los costes para publicación.

Página siguiente.-

Hojas 3332

Logotipo del Tribunal de Justicia de São Paulo.

TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO PAULO

JUZGADO CENTRAL DE LO CIVIL

PRIMERA INSTANCIA DE QUIEBRAS Y RECUPERACIONES JUDICIALES

(Dirección, código postal, teléfonos, e-mail y horario de atención)

Sello: Convención de La Haya del 05 de Octubre de 1961. Apostilla – BRASIL. 9na Notaría de São Paulo/SP.

- 9) En caso de que no haya sido publicada la lista de acreedores por el administrador judicial, la legitimidad para presentar tal objeción será de aquellos que ya constan del edicto de las deudoras y que hayan postulado a la habilitación de crédito.
- 10) Publicada la relación de acreedores presentada por el administrador judicial (artículo 7º, §2º), eventuales impugnaciones (artículo 8º) deberán ser protocolizadas como incidente a la recuperación judicial, al paso que no deberán ser adjuntados en los autos principales (artículo 8º, párrafo único).
- 11) Por fin, aunque la petición inicial esté suficientemente instruida para fines de aceptación del procesamiento del pedido de recuperación judicial, observo la necesidad de que las empresas en recuperación complementen la documentación inicial, a fin de providenciar, en el plazo de 10 días:
- a) La comprobación de registro en la JUCESP (Junta Comercial del Estado de São Paulo) del Acta de Elección de Administradores de la OAS S/A.

- b) El Acta de Elección de los Directores y la comprobación de su registro en la JUCESP en relación a OAS Empreendimentos S/A, una vez que en los autos solamente hay el Acta de Elección del Consejo de Administración.
 - c) El balance patrimonial, la demostración de resultados acumulados, la demostración del resultado desde el último ejercicio social y el reporte gerencial de flujo de caja y de su proyección de las empresas OAS Investments GMBH, OAS Investments Limited y OAS Finance Limited.
 - d) La relación de acreedores de la OAS Investments S/A.
 - e) La relación de acciones judiciales de la OAS Investments GMBH y de la OAS Investments Limited.
 - f) El organigrama societario completo del grupo OAS, identificando también las empresas que no se incluyen en la recuperación judicial.
 - g) Comprueben la protocolización de la relación de bienes de los socios y administradores, mencionada en el ítem 78 de la petición inicial.
- 12) Intímense, inclusive al Ministerio Público
Intímese.

São Paulo, 1 de abril de 2015.

Consta en el margen derecho: fue firmado digitalmente por DANIEL COSTA. Para verificación acceda al sitio: <https://esaj.tjsp.jus.br/esaj>, informe el proceso 1030812-77.2015.8.26.0100 y el código F6CA45.

Página siguiente.-

Logotipo del Tribunal de Justicia de São Paulo.

TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SÃO PAULO.

COMARCA DE SÃO PAULO

JUZGADO CENTRAL DE LO CIVIL

PRIMERA INSTANCIA DE QUIEBRAS Y RECUPERACIONES JUDICIALES

(Dirección, código postal, teléfonos, e-mail y horario de atención)

DOCUMENTO FIRMADO DIGITALMENTE EN LOS TÉRMINOS DE LA LEY 11.419/2006, CONFORME A LA IMPRESIÓN EN EL MARGEN DERECHO

Sello: Convención de La Haya del 05 de Octubre de 1961. Apostilla – BRASIL. 9na Notaría de São Paulo/SP.

CNJ	BRASIL
CONSEJO NACIONAL DE JUSTICIA	APOSTILLE (Convention de La Haye du 5 de octobre 1961)
1. País	REPÚBLICA FEDERATIVA DE BRASIL
Este documento público	

000013

2. Ha sido suscrito por	Daniel Camio Costa
3. Actuando en su calidad de	Juez de Derecho (Tribunal de Justicia de SP)
4. Llevando el sello/timbre de	Firma digital
Certificado	
5. En: São Paulo	6. El 29/08/2016
7. Por:	PAULO ROBERTO FERNANDES
8. N°	0062950
9. Sello/Timbre	10. Firma: (Firmado) Firma electrónica

Constan dos (2) sellos sobrepuestos en la Apostilla:

BRASIL, APOSTILLA, CONVENCION DE LA HAYA DE 1961.

9na NOTARIA SAO PAULO – CAPITAL, Renato Hodlich Figueiredo – Escribano.

Tipo de documento: Proceso judicial n° 1030812-77.2015.8.26.0100, páginas 3328 a 3336 a ser enviado a Ecuador.

Nombre del titular: Construtora OAS S/A – en recuperación judicial.

Esta Apostilla certifica únicamente la autenticidad de la firma, la calidad en que el signatario del documento haya actuado y, en su caso, la identidad del sello o timbre del cual el documento público esté revestido. Esta Apostilla no certifica el contenido del documento para el cual se expidió.

La autenticidad de esta Apostilla y de su firma electrónica, así como el documento público subyacente, pueden ser verificadas en:

www.cnj.jus.br/apostila/conferencia

La presente Apostilla fue firmada con firma electrónica conforme a la Ley n° 11.419/2006.

Deudas a cerca de esta Apostilla, entrar en contacto con la Oidoria del CNJ. Teléfono: 55 61 2326-4607. E-mail: ouvidoria@cnj.jus.br

Por favor, utilice este QR Code para verificar la autenticidad de esta Apostilla y de su firma electrónica. Una copia del documento público subyacente también está disponible en la misma página.

Código: 0062950

CRC: 9525DE06

16.0.00030429-8

A0064018

En el margen izquierdo consta un sello: tabla con los valores pagados.

No había nada más.

Quito, 14 de Septiembre de 2016..

Kátia S. Salvado
Kátia Silveira Salvado

Traductora. C.I. 171190333-4. ksalvado@uio.satnet.net



Factura: 002-002-000040913

0060571



20161701037D07846

DILIGENCIA DE RECONOCIMIENTO DE FIRMAS N° 20161701037D07846

Ante mí, NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA de la NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA, comparece(n) KATIA SILVEIRA SALVADO portador(a) de CÉDULA 1711903334 de nacionalidad BRASILEÑA, mayor(es) de edad, estado civil DIVORCIADO(A), domiciliado(a) en QUITO, POR SUS PROPIOS DERECHOS en calidad de COMPARECIENTE; quien(es) declara(n) que la(s) firma(s) constante(s) en el documento que antecede, es(son) suya(s), la(s) misma(s) que usa(n) en todos sus actos públicos y privados, siendo en consecuencia auténtica(s), para constancia firma(n) conmigo en unidad de acto, de todo lo cual doy fe. La presente diligencia se realiza en ejercicio de la atribución que me confiere el numeral noveno del artículo dieciocho de la Ley Notarial -. El presente reconocimiento no se refiere al contenido del documento que antecede, sobre cuyo texto esta Notaria, no asume responsabilidad alguna. - Se archiva copia. QUITO, a 14 DE SEPTIEMBRE DEL 2016, (15:39).

Katia S. Salvado

KATIA SILVEIRA SALVADO
CÉDULA: 1711903334

[Signature]
NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA
NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA DEL CANTÓN QUITO

[Signature]



REPÚBLICA DEL ECUADOR

Dirección General de Registro Civil, Identificación y Cedulación

Dirección General de Registro Civil,
Identificación y Cedulación

CERTIFICADO ELECTRÓNICO DE DATOS DE IDENTIDAD CIUDADANA

Número único de identificación: 1711903834

Nombres del ciudadano: SILVEIRA SALVADO KATIA

Condición del cedulaado: EXTRANJERO

Lugar de nacimiento: BRASIL

Fecha de nacimiento: 26 DE MAYO DE 1965

Nacionalidad: BRASILEÑA

Sexo: MUJER

Instrucción: SUPERIOR

Profesión: ACTIV.LUCRA.PERM.LEY

Estado Civil: DIVORCIADO

Cónyuge: _____

Fecha de Matrimonio: 26 DE JULIO DE 2006

Nombres del padre: MORAES SALVADO UBIRATÁN

Nombres de la madre: SILVEIRA HELENA VIOLETA

Fecha de expedición: 18 DE OCTUBRE DE 2011

Información certificada a la fecha: 14 DE SEPTIEMBRE DE 2016

Emisor: PAULINA FONSECA AUQUILLA FONSECA - PICHINCHA-QUITO-NT 37 - PICHINCHA - QUITO



Katia S. Salgado

Ing. Jorge Troya Fuertes

Director General del Registro Civil, Identificación y Cedulación

Documento firmado electrónicamente

Signature Not Verified

Digitally signed by JORGE OSWALDO
TROYA FUERTES;
Date: 2016.09.14 15:00:19 ECT
Reason: Firma Electrónica
Location: Ecuador

Consultar la autenticidad de este documento ingresando al portal <http://servicios.registrocivil.gob.ec/consultaNuv/>



2911050



La impresión del presente certificado no garantiza la legalidad del mismo y su uso estará limitado a la comprobación electrónica en el portal web del Registro Civil, conforme lo dispuesto en la LCE y su reglamento.

REPUBLICA DEL ECUADOR
DIRECCION GENERAL DE REGISTRO CIVIL
IDENTIFICACION Y CEDULACION

IDENTIDAD EXT 171189333-4

APellidos y Nombres
SILVEIRA SALVADO
KATIA

LUGAR DE NACIMIENTO
Brasil
Rio Grande

FECHA DE NACIMIENTO 1983-05-28

NACIONALIDAD BRASILEIRA

SEXO F

ESTADO CIVIL Divorciada




INSTRUCCION SUPERIOR

PROFESION / OCUPACION
ACTIV/LUCR/PERMILEY

APellidos y Nombres del Padre
MORAES SALVADO UDIRATAN

APellidos y Nombres de la Madre
SILVEIRA HELENA VIOLETA

LUGAR Y FECHA DE EMISION
QUITO
2011-10-18

FECHA DE EXPIRACION
2021-10-18

E23333222

Katia Salgado

P



REPÚBLICA DEL ECUADOR

Dirección General de Registro Civil, Identificación y Cedulación

000015 Paulina Fonseca
Dirección General de Registro Civil, Identificación y Cedulación
0060573
14 DE SEPTIEMBRE DE 2016

CERTIFICADO ELECTRÓNICO DE DATOS DE IDENTIDAD CIUDADANA

Número único de identificación: 1716968696

Nombres del ciudadano: CEVALLOS AYALA FRANCISCO XAVIER

Condición del cedulaado: CIUDADANO

Lugar de nacimiento: PICHINCHA/QUITO/SANTA PRISCA

Fecha de nacimiento: 31 DE JULIO DE 1985

Nacionalidad: ECUATORIANA

Sexo: HOMBRE

Instrucción: SUPERIOR

Profesión: ABOGADO

Estado Civil: SOLTERO

Conyuge: _____

Fecha de Matrimonio: _____

Nombres del padre: CEVALLOS JAIME BOLIVAR

Nombres de la madre: AYALA ZOILA AMABLE

Fecha de expedición: 5 DE JUNIO DE 2015

Información certificada a la fecha: 14 DE SEPTIEMBRE DE 2016

Emissor: PAULINA FONSECA AUQUILLA FONSECA - PICHINCHA-QUITO-NT 37 - PICHINCHA - QUITO

Ing. Jorge Troya Fuertes

Director General del Registro Civil, Identificación y Cedulación

Documento firmado electrónicamente

Signature Not Verified

Digitally signed by JORGE OSWALDO TROYA FUERTES,
Date: 2016.09.14 15:41:38 ECT
Reason: Firma Electrónica
Location: Ecuador

Consultar la autenticidad de este documento ingresando al portal <http://servicios.registrocivil.gob.ec/consultaNuv/>



2911127



La impresión del presente certificado no garantiza la legalidad del mismo y su uso estará limitado a la comprobación electrónica en el portal web del Registro Civil, conforme lo dispuesto en la LCE y su reglamento.

REPÚBLICA DEL ECUADOR
DIRECCIÓN GENERAL DE REGISTRO CIVIL
IDENTIFICACIÓN Y CÉDULACIÓN

CÉDULA DE
CIVILIDAD N° **171696869-6**

APELLIDOS Y NOMBRES
**CEVALLOS AYALA
FRANCISCO XAVIER**

LUGAR DE NACIMIENTO
PICHINCHA

CANTÓN
SANTA FÉ

FECHA DE NACIMIENTO **1983-07-31**

NACIONALIDAD **ECUATORIANA**

SEXO **M**

ESTADO CIVIL **SOLTERO**

INSTRUCCIÓN
SUPERIOR

PROFESIÓN / OCUPACIÓN
ABOGADO

APELLIDOS Y NOMBRES DEL PADRE
CEVALLOS JAIMÉ BOLIVAR

APELLIDOS Y NOMBRES DE LA MADRE
AYALA ZOLA AMABLE

LUGAR Y FECHA DE EXPEDICIÓN
**QUITO
2015-02-18**

FECHA DE EXPIRACIÓN
2025-02-18

REPÚBLICA DEL ECUADOR
CERTIFICADO DE VOTACIÓN

ELECCIONES 23 DE FEBRERO DEL 2014
171696869-6 030 - 0153

CEVALLOS AYALA FRANCISCO XAVIER

PICHINCHA QUITO
COTOCOLLAO COTOCOLLAO

DUPLICADO USD: 0

DELEGACION PROVINCIAL DE PICHINCHA - 00744
4434080 5/06/2015 10:14:48

NOTARIA TRIGÉSIMA SEPTIMA DEL CANTÓN QUITO

Conforme a lo que me ha sido presentado por el Notario, doy fe que el documento que en 2.ª copia se me ha presentado es FIEL COPIA DEL ORIGINAL que me fue presentada para este efecto y que seguido devolví al Notario.

Quito, a **14 SEP 2016**

Dra. Paulina Auquilla Fonseca
NOTARIA TRIGÉSIMA SEPTIMA DEL CANTÓN QUITO

[Handwritten signature]

000016



..ZON. A petición del Abogado Leonardo Sempertegui Ontaneda, protocolizo en el Registro de escrituras públicas de la Notaría Trigésima Séptima a mi cargo, el 1) PODER OTORGADO

POR LA CONSTRUTORA OAS S.A. A FAVOR DE FRANCISCO XAVIER CEVALLOS AYALA

CON SU TRADUCCION; 2) TRADUCCION DEL PODER DEL PORTUGUES AL ESPAÑOL;

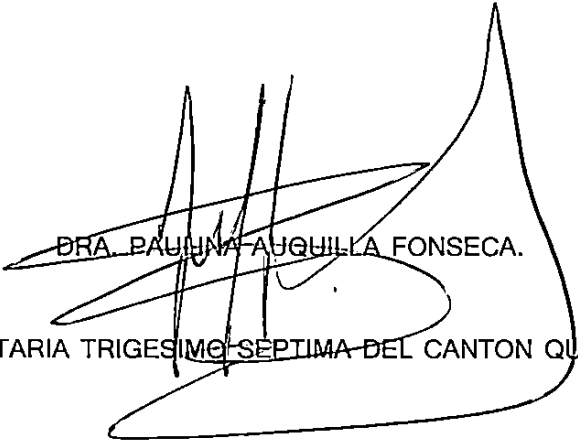
3) HABILITANTES DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SAO PAULO DEL

PODER; 4) TRADUCCION y habilitantes, que antecede en diez y nueve fojas útiles fojas

útiles.- Quito, a catorce de septiembre del dos diez y seis.


DRA. PAULINA AUQUILLA FONSECA.
NOTARIA TRIGESIMO SEPTIMA DEL CANTON QUITO

Se protocolizo ante la DOCTORA PAULINA AUQUILLA FONSECA NOTARIA TRIGESIMO
SEPTIMA DEL CANTON QUITO, y en fe de ello confiero esta TERCERA COPIA
CERTIFICADA DE PROTOCOLIZACION DE 1) PODER OTORGADO POR LA
CONSTRUTORA OAS S.A. A FAVOR DE FRANCISCO XAVIER CEVALLOS AYALA CON
SU TRADUCCION; 2) TRADUCCION DEL PODER DEL PORTUGUES AL ESPAÑOL; 3)
HABILITANTES DEL TRIBUNAL DE JUSTICIA DEL ESTADO DE SAO PAULO DEL
PODER; 4) TRADUCCION y habilitantes, debidamente sellada y firmada en Quito, a veinte
y uno de octubre del año dos mil diez y seis.


DRA. PAULINA AUQUILLA FONSECA.
NOTARIA TRIGESIMO SEPTIMA DEL CANTON QUITO





Factura: 002-002-000043033

0000017



20161701037001751

EXTRACTO COPIA DE ARCHIVO N° 20161701037001751

NOTARIO OTORGANTE:	NOTARIO(A) DEL CANTON QUITO
FECHA:	21 DE OCTUBRE DEL 2016, (12:14)
COPIA DEL TESTIMONIO:	
ACTO O CONTRATO:	

OTORGANTES			
OTORGADO POR			
NOMBRES/RAZÓN SOCIAL	TIPO INTERVINIENTE	DOCUMENTO DE IDENTIDAD	No. IDENTIFICACIÓN
ESTUDIO JURIDICO SEMPERTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA	POR SUS PROPIOS DERECHOS	RUC	1791910028001
A FAVOR DE			
NOMBRES/RAZÓN SOCIAL	TIPO INTERVINIENTE	DOCUMENTO DE IDENTIDAD	No. IDENTIFICACIÓN

FECHA DE OTORGAMIENTO:
NOMBRE DEL PETICIONARIO:
N° IDENTIFICACIÓN DEL PETICIONARIO:

OBSERVACIONES:

NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA
NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA DEL CANTÓN QUITO



Factura: 002-002-000045662

00000018



20161701037002019

NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA

NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA DEL CANTON QUITO

RAZÓN MARGINAL N° 20161701037002019

MATRIZ	
FECHA:	20 DE DICIEMBRE DEL 2016, (10:38)
TIPO DE RAZÓN:	RESOLUCION DE LA SUPERINTENDENCIA DE COMPAÑIA
ACTO O CONTRATO:	PROTOCOLIZACION DE DOCUMENTOS
FECHA DE OTORGAMIENTO:	14-09-2016
NÚMERO DE PROTOCOLO:	20161701037P05480

OTORGANTES			
OTORGADO POR			
NOMBRES/RAZÓN SOCIAL	TIPO INTERVINIENTE	DOCUMENTO DE IDENTIDAD	No. IDENTIFICACIÓN
SEMPERTEGUI ONTANEDA LEONARDO VICENTE	POR SUS PROPIOS DERECHOS	CÉDULA	1101426979
A FAVOR DE			
NOMBRES/RAZÓN SOCIAL	TIPO INTERVINIENTE	DOCUMENTO DE IDENTIDAD	No. IDENTIFICACIÓN

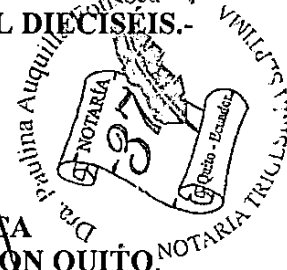
TESTIMONIO	
ACTO O CONTRATO:	RESOLUCION DE LA SUPERINTENDENCIA DE COMPAÑIA
FECHA DE OTORGAMIENTO:	16-12-2016
NÚMERO DE PROTOCOLO:	SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016-3014

NOTARIO(A) PAULINA ALEXANDRA AUQUILLA FONSECA
NOTARÍA TRIGÉSIMA SÉPTIMA DEL CANTÓN QUITO



RAZÓN: Al margen de la PROTOCOLIZACIÓN DE LOS DOCUMENTOS DE LA COMPAÑÍA EXTRANJERA CONSTRUTORA OAS S.A., protocolizados ANTE MÍ, el 14 de Septiembre del 2016.- **TOMO NOTA:** De la resolución de la Superintendencia de Compañías No. SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016- 3014, de fecha 16 de diciembre del 2016, la cual CALIFICA de suficientes los documentos otorgados en el exterior constantes en la protocolización, atinentes al poder que los Representantes Legales de la compañía extranjera CONSTRUTORA OAS S.A., de nacionalidad brasileña, confiere al abogado Francisco Xavier Cevallos Ayala nacionalidad ecuatoriana; así como la revocatoria de poder en relación a la compañía ESTUDIO JURÍDICO SEMPETEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA.; y, de la resolución de la Superintendencia de Compañías No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3025, de fecha 19 de diciembre del 2016, la cual RECTIFICAR la Resolución No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3014 de 16 de diciembre de 2016, en el "ARTÍCULO SEGUNDO" y en lo demás se estará a lo dispuesto en la Resolución No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3014 de 16 de diciembre de 2016.- Quito, a **VEINTE DE DICIEMBRE DEL DOS MIL DIECISEIS.-**

DRA. PAULINA AUQUILLA FONSECA
NOTARIA TRIGESIMA SEPTIMA DEL CANTON QUITO.





000019

SUPERINTENDENCIA
DE COMPAÑÍAS, VALORES Y SEGUROS

RESOLUCIÓN No. SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016- 3014

DR. CAMILO VALDIVIESO CUEVA
INTENDENTE DE COMPAÑÍAS DE QUITO

CONSIDERANDO:

QUE junto con la solicitud para su aprobación, se han presentado a este Despacho tres testimonios de la protocolización efectuada en la Notaría Trigésima Séptima del Distrito Metropolitano de Quito el 14 de septiembre de 2016, que contiene el poder que los Representantes Legales de la compañía extranjera CONSTRUTORA OAS S.A. de nacionalidad brasileña, domiciliada en el Ecuador mediante Resolución No. 4643 de 19 de noviembre de 2007, inscrita en el Registro Mercantil del Distrito Metropolitano de Quito, el 10 de diciembre del mismo año, otorga al abogado Francisco Xavier Cevallos Ayala nacionalidad ecuatoriana, y revocatoria del poder conferido a la compañía ESTUDIO JURÍDICO SEMPÉRTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA.;

QUE la Subdirección de Actos Societarios, mediante memorando No. SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016-2144-M de 16 de diciembre de 2016, ha emitido informe favorable sobre la suficiencia de los documentos constantes en la protocolización señalada; y,

EN ejercicio de las atribuciones asignadas mediante Resoluciones No. SC-IAF-DRH-G-2011-186 de 15 de marzo del 2011 y ADM-14-006 de 6 de febrero de 2014;

RESUELVE:

ARTÍCULO PRIMERO.- CALIFICAR de suficientes los documentos otorgados en el exterior constantes en la protocolización efectuada en la Notaría Trigésima Séptima del Distrito Metropolitano de Quito el 14 de septiembre de 2016, atinentes al poder que los Representantes Legales de la compañía extranjera CONSTRUTORA OAS S.A., de nacionalidad brasileña, confiere al abogado Francisco Xavier Cevallos Ayala nacionalidad ecuatoriana; así como la revocatoria de poder en relación a la compañía ESTUDIO JURÍDICO SEMPÉRTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA.

ARTÍCULO SEGUNDO.- DISPONER que las Notarías Trigésima Séptima y Trigésima Octava del Distrito Metropolitano de Quito, tomen nota al margen de las protocolizaciones efectuadas el 14 de septiembre de 2016 y 5 de marzo de 2015, que respectivamente contienen los documentos que se califican y el poder otorgado que ahora se revoca, del contenido de la presente resolución; y, sienten en las copias las razones respectivas.

ARTÍCULO TERCERO.- DISPONER que el Registrador Mercantil del Distrito Metropolitano de Quito: a) Inscriba la protocolización efectuada el 14 de septiembre de 2016 en la Notaría Trigésima Séptima del Distrito Metropolitano de Quito, que contiene el mencionado poder y revocatoria de poder, junto con esta resolución; b) Tome nota de estos documentos al margen de la inscripción del poder conferido a la compañía ESTUDIO JURÍDICO SEMPÉRTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA. de 6 de julio de 2015, que ahora se revoca; c) Tome nota de estos documentos al margen de la inscripción del permiso para operar en el Ecuador de la referida compañía extranjera de 9 de junio 2010; y, d) Siente las razones respectivas.



SUPERINTENDENCIA
DE COMPAÑÍAS, VALORES Y SEGUROS

-2-
RESOLUCIÓN No. SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016-
CONSTRUTORA OAS S.A.

3014

ARTÍCULO CUARTO.- DISPONER que el texto íntegro del poder y revocatoria de poder, con las razones respectivas, se publiquen, por una vez, en el portal web institucional de la Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros.

CUMPLIDO lo anterior, remítase a este Despacho copia certificada de la protocolización respectiva.

COMUNÍQUESE.- DADA y firmada en la Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros, en el Distrito Metropolitano de Quito, a

16 DIC 2016

DR. CAMILO VALDIVIESO CUEVA
INTENDENTE DE COMPAÑÍAS DE QUITO

Referencia.

2144
Exp. 159089
Trám. 35565-1



SUPERINTENDENCIA
DE COMPAÑÍAS, VALORES Y SEGUROS

0000320

RESOLUCIÓN No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016. **3025**

Ab. Álvaro Guivernau Becker
INTENDENTE DE COMPAÑÍAS DE QUITO, DELEGADO

CONSIDERANDO:

QUE mediante Resolución No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3014 de 16 de diciembre de 2016, el Intendente de Compañías de Quito calificó de suficientes los documentos otorgados en el exterior para calificación de poder que la compañía extranjera **CONSTRUTORA OAS S.A.**, de nacionalidad brasileña, confirió al abogado Francisco Xavier Cevallos Ayala de nacionalidad ecuatoriana, y revocatoria del poder conferido a la compañía **ESTUDIO JURÍDICO SEMPÉRTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA**, constantes en la protocolización efectuada en la Notaría Trigésima Séptima del Distrito Metropolitano de Quito el 14 de septiembre de 2016;

QUE en la resolución arriba citada, consta erradamente en el artículo segundo "Notaría Trigésima Octava", siendo lo correcto "Notaría Segunda", lo que hace necesario su rectificación;

QUE la Subdirección de Actos Societarios de la Intendencia Regional de Quito, mediante memorando No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.2162 de 19 de diciembre de 2016, ha emitido informe recomendando que se expida la presente resolución rectificatoria; y,

EN ejercicio de las atribuciones asignadas mediante Resolución No. ADM-16-112 de 30 de noviembre de 2016,

RESUELVE:

ARTÍCULO PRIMERO.- RECTIFICAR la Resolución No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3014 de 16 de diciembre de 2016, en el siguiente sentido: "**ARTÍCULO SEGUNDO.- DISPONER** que las Notarías Trigésima Séptima y Segunda del Distrito Metropolitano de Quito, tomen nota al margen de las protocolizaciones efectuadas el 14 de septiembre de 2016 y 5 de marzo de 2015, que respectivamente contienen los documentos que se califican y el poder otorgado que ahora se revoca, del contenido de la presente resolución; y, sienten en las copias las razones respectivas.

En lo demás se estará a lo dispuesto en la Resolución No. SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3014 de 16 de diciembre de 2016.

COMUNÍQUESE, DADA y firmada en la Superintendencia de Compañías, Valores y Seguros en el Distrito Metropolitano de Quito. **19 DIC 2016**

Ab. Álvaro Guivernau Becker
INTENDENTE DE COMPAÑÍAS DE QUITO, DELEGADO

RBF/pvv
Referencia 456
Tram. 18657-3
Exp. 1421



Factura: 001-002-000049421

0000021



20161701002003159

NOTARIO(A) PAOLA SOFIA DELGADO LOOR

NOTARÍA SEGUNDA DEL CANTON QUITO

RAZÓN MARGINAL N° 20161701002003159

MATRIZ	
FECHA:	27 DE DICIEMBRE DEL 2016, (10:22)
TIPO DE RAZÓN:	MARGINAL
ACTO O CONTRATO:	PROTOCOLIZACION DE DOCUMENTOS
FECHA DE OTORGAMIENTO:	05-03-2015
NÚMERO DE PROTOCOLO:	20151701002P

OTORGANTES			
OTORGADO POR			
NOMBRES/RAZÓN SOCIAL	TIPO INTERVINIENTE	DOCUMENTO DE IDENTIDAD	No. IDENTIFICACIÓN
TERAN TAMAYO MARIA JOSE	POR SUS PROPIOS DERECHOS	CÉDULA	1713793055
A FAVOR DE			
NOMBRES/RAZÓN SOCIAL	TIPO INTERVINIENTE	DOCUMENTO DE IDENTIDAD	No. IDENTIFICACIÓN

TESTIMONIO	
ACTO O CONTRATO:	RESOLUCION
FECHA DE OTORGAMIENTO:	19-12-2016
NÚMERO DE PROTOCOLO:	SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3025

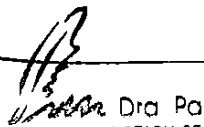
Dra. Paola Delgado Loo
NOTARIA SEGUNDA DEL CANTON QUITO
NOTARIO(A) PAOLA SOFIA DELGADO LOOR
NOTARÍA SEGUNDA DEL CANTÓN QUITO



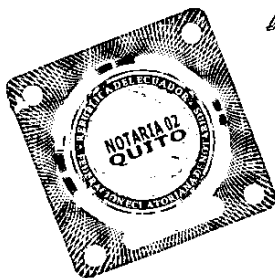
RAZON.- Dando cumplimiento a lo dispuesto por el Abogado Álvaro Guivernau Becker, Intendente de Compañías de Quito, Delegado, en el Artículo Primero de la Resolución No SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3025, emitida el 19 diciembre del 2016, en la que resuelve RECTIFICAR la Resolución N° SCVS.IRQ.DRASD.SAS.2016.3014 de 16 de diciembre de 2016; y Dando cumplimiento a lo dispuesto por el Doctor Camilo Valdivieso Cueva, Intendente de Compañías de Quito, en el Artículo Segundo de la Resolución No SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016-3014, emitida el 16 diciembre del 2016, en la que resuelve CALIFICAR de suficientes los documentos otorgados en el exterior; así como la revocatoria de poder. Tome nota al margen de la escritura matriz de PROTOCOLIZACION DE PODER QUE OTORGA ALEXANDRE LOUZADA TOURINHO Y DILSON DE CERQUEIRA PAIVA FILHO A FAVOR DE ESTUDIO JURIDICO SEMPERTEGUI ONTANEDA, celebrada el 05 de marzo de 2015, ante mi Doctora Paola delgado Loor, Notaria Segunda del cantón Quito.

Quito, a 27 de diciembre del 2016.

DOCTORA PAOLA DELGADO LOOR
NOTARIA SEGUNDA DEL CANTON QUITO



Dra. Paola Delgado Loor
NOTARIA SEGUNDA DEL CANTON QUITO



0000022

TRÁMITE NÚMERO: 79371



REGISTRO MERCANTIL DEL CANTÓN QUITO
RAZÓN DE INSCRIPCIÓN

1. RAZÓN DE INSCRIPCIÓN DEL: PODER Y REVOCATORIA DE PODER APROBADO POR RESOLUCIÓN DE LA SUPERINTENDENCIA DE COMPAÑÍAS

NÚMERO DE REPERTORIO:	57969
FECHA DE INSCRIPCIÓN:	30/12/2016
NÚMERO DE INSCRIPCIÓN	5668
REGISTRO:	LIBRO DE REGISTRO MERCANTIL

2. DATOS DE LOS INTERVINIENTES:

Identificación	Nombres	Calidad en que comparece
1716968696	CEVALLOS AYALA FRANCISCO XAVIER	APODERADO
1791910028001	ESTUDIO JURIDICO SEMPERTEGUI ONTANEDA ABOGADOS CIA. LTDA	REVOCADO

3. DATOS DEL ACTO O CONTRATO:

NATURALEZA DEL ACTO O CONTRATO:	PODER Y REVOCATORIA DE PODER APROBADO POR RESOLUCIÓN DE LA SUPERINTENDENCIA DE COMPAÑÍAS
DATOS NOTARÍA:	NOTARIA TRIGESIMA SEPTIMA /QUITO /14/09/2016
NOMBRE DE LA COMPAÑÍA:	CONSTRUTORA OAS S.A.
DOMICILIO DE LA COMPAÑÍA:	QUITO

4. DATOS ADICIONALES:

RESOLUCIÓN: NO. SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016-3014 ANTE EL INTENDENTE DE COMPAÑÍAS DE QUITO CON FECHA 16/12/2016.- RESOLUCIÓN RECTIFICATORIA NO. SCVS-IRQ-DRASD-SAS-2016-3025 ANTE EL INTENDENTE DE COMPAÑÍAS DE QUITO CON FECHA 19/12/2016.- SE TOMO NOTA AL MARGEN DE LAS INSCRIPCIONES: NRO. 3638 DEL REGISTRO MERCANTIL DE FECHA 10 DE DICIEMBRE DEL 2007; Y, NRO. 3435 DEL REGISTRO MERCANTIL DE FECHA 06 DE JULIO DEL 2015..-

CUALQUIER ENMENDADURA, ALTERACIÓN O MODIFICACIÓN AL TEXTO DE LA PRESENTE RAZÓN, LA INVALIDA. LOS CAMPOS QUE SE ENCUENTRAN EN BLANCO NO SON NECESARIOS PARA LA VALIDEZ DEL PROCESO DE INSCRIPCIÓN, SEGÚN LA NORMATIVA VIGENTE.

FECHA DE EMISIÓN: QUITO, A 30 DÍA(S) DEL MES DE DICIEMBRE DE 2016.

DRA. JOHANNA ELIZABETH CONTRERAS LOPEZ (DELEGADA - RESOLUCIÓN 019-RMQ-2015)
 REGISTRADOR MERCANTIL DEL CANTÓN QUITO

DIRECCIÓN DEL REGISTRO: AV. 6 DE DICIEMBRE N56-78 Y GASPAR DE VILLAROE